

A06 - ANALISTA DO MPU - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

PROVA OBJETIVA

MÓDULO I

Língua Portuguesa

1

Leia o texto abaixo:

“O problema em matéria de audição vem do fato de que o cérebro é um órgão muito rápido e que se pensa muito mais depressa do que se fala. Assim que escutamos uma pessoa, solicitamos ao cérebro que trabalhe muito mais lentamente em comparação com sua capacidade. Entretanto, não chegamos realmente a reduzir a velocidade do cérebro; enquanto registramos as palavras transmitidas pelo emissor, o cérebro continua a tratar as centenas de palavras e a fazer associações de ideias. Em outros termos, quando escutamos, nos resta algum tempo livre para pensar. É o emprego desse tempo livre que torna a escuta boa ou má”.

Levando em consideração que o conteúdo temático do texto é de difícil acesso pelo leitor comum, o processo utilizado para tornar esse conteúdo mais claro foi:

- (A) indicar a estruturação do texto no início da leitura;
- (B) acrescentar exemplos práticos ao texto;
- (C) reformular as informações já dadas;
- (D) utilizar sinônimos mais comuns para termos difíceis;
- (E) repetir informações com os mesmos termos.

2

Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescritura NÃO elimina o pleonismo original é:

- (A) Tenho o desejo de rever de novo o filme *O Protetor 2* / Tenho o desejo de ver de novo o filme *O Protetor 2*;
- (B) Segundo ele, ele crê que esse vocábulo é um neologismo / Ele crê que esse vocábulo é um neologismo;
- (C) Os alunos dessa turma mutuamente se ajudam / Os alunos dessa turma se ajudam;
- (D) Os exterminadores de insetos eliminaram completamente as pulgas dos cães / Os exterminadores eliminaram completamente as pulgas dos cães;
- (E) Analisaram a situação e depois, em seguida, propuseram soluções / Analisaram a situação; em seguida propuseram soluções.

3

Observe a seguinte frase:

“Ele ficou esgotado porque correu muito”.

A maneira de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:

- (A) Se ele correu muito, ficou esgotado;
- (B) Ele sentiu-se esgotado por ter corrido muito;
- (C) Já que correu muito, sentiu-se esgotado;
- (D) Porque correu muito, ficou esgotado;
- (E) Seu esgotamento ocorreu por ter corrido muito.

4

Todas as frases abaixo empregaram processos para evitar-se a repetição de termos idênticos.

A frase em que o processo usado foi a utilização de um termo de sentido mais geral (hiperônimo) é:

- (A) Meus alunos estudaram bastante e, por isso, eles merecem uma recompensa;
- (B) Entrou na avenida batendo tambor, mas o instrumento não resistiu por muito tempo;
- (C) Arrumando os discos, decidi vender aqueles que eu não escuto mais;
- (D) O proprietário do imóvel reuniu os inquilinos e, após alguns minutos, esse grande orador nos convenceu do aumento;
- (E) Traga suas fotografias para que eu as possa ver; as minhas fotos eu mostro depois.

5

Em todas as frases abaixo, há termos de ligação sublinhados.

A frase em que esse termo se refere à estrutura do texto e não a fatos reais é:

- (A) Cheguei atrasado ao trabalho e, por causa disso, fui multado em 10% dos meus vencimentos;
- (B) À proporção que leio o livro, mais me apaixono pela figura humana de Van Gogh;
- (C) Logo após o relato de sua doença, o personagem interrompeu a narrativa por vários dias;
- (D) Os estudantes ficaram tão chateados com os resultados da prova, que decidiram fazer uma greve;
- (E) Os alunos leram os livros encomendados pelo mestre, mas alguns deles não apreciaram a tarefa.

6

Em todas as frases abaixo, as orações adjetivas sublinhadas foram substituídas por termos de sentido equivalente.

A única substituição que mostra um termo equivalente de sentido diferente do que se mostra na oração sublinhada é:

- (A) O secretário tem um caráter que muda frequentemente / instável;
- (B) Ele mostra um tipo de risada que se comunica facilmente / estridente;
- (C) Era um político que sabia tirar partido das circunstâncias / esperto;
- (D) Era um homem que mantinha sua palavra / honrado;
- (E) Eles tinham prestado ajuda a uma população que morria de fome / faminta.

7

As frases abaixo mostram uma palavra sublinhada para a qual se apresenta um substituto entre parênteses.

A frase em que o novo termo assinala uma progressão ascendente de significação é:

- (A) Picasso era um pintor talentoso (genial);
- (B) Um conflito (diferença) opõe patrões e empregados;
- (C) Foram feitos progressos notáveis (apreciáveis);
- (D) O conferencista falava de forma polida (delicada);
- (E) Seus termos foram grosseiros (vulgares).

8

A definição de um vocábulo deve respeitar a natureza do vocábulo.

Entre as definições abaixo, aquela que procede desse modo, tornando-se uma definição válida, é:

- (A) refutação: destruir por argumentos sólidos as afirmações de outrem;
- (B) molestar: quando se provoca violência a alguém;
- (C) indolente: deixar de trabalhar, ficar passivo;
- (D) sucintamente: expressar-se em poucas palavras;
- (E) correto: aquele que age com correção.

9

Observe o seguinte texto:

“Nem sempre os ditados populares dão aulas positivas; como dizia Millôr Fernandes, ‘Devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá, não se encontra mais ninguém’”.

Nesse texto, a citação tem a função de:

- (A) participar a descoberta de um texto que traz prazer;
- (B) fazer progredir culturalmente um texto;
- (C) dar a conhecer uma opinião diversa da do autor;
- (D) indicar algo que apoia a ideia do texto;
- (E) fornecer um exemplo típico do estilo de um autor.

10

Observe a seguinte frase: “Dá-lhes o dinheiro necessário!”.

A única frase abaixo em que houve uma forma adequada de apassivação dessa frase é:

- (A) Que lhes seja dado o dinheiro necessário;
- (B) Dá-se-lhes o dinheiro necessário;
- (C) O dinheiro necessário lhes será dado;
- (D) Tem-lhes dado o dinheiro necessário;
- (E) O dinheiro necessário lhes teria sido dado.

11

Todas as frases abaixo mostram solicitações ou conselhos de forma direta ou indireta.

A frase que mostra uma forma indireta é:

- (A) Você aceita uma sobremesa?
- (B) Proíbo você de continuar com essa história;
- (C) Aconselho a todos a leitura de Guimarães Rosa;
- (D) Eu te peço para comprares a casa;
- (E) Se seu pai venceu na vida, ele trabalhou muito!

12

Na frase “Infelizmente, meu amigo se esqueceu de dar o aviso da entrevista para o pobre Marcelo”, cruzam-se duas funções de linguagem, que são:

- (A) referencial e fática;
- (B) conativa e metalinguística;
- (C) metalinguística e referencial;
- (D) emotiva e conativa;
- (E) fática e emotiva.

13

A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- (A) Se você requerer o diploma, ele lhe será dado;
- (B) Se você dispuser de dinheiro, tudo fica mais fácil;
- (C) Se você vir o filme, vai ficar contente;
- (D) Se você intervier na discussão, ela termina;
- (E) Se você dizer a verdade, será melhor para todos.

14

Compare as duas frases abaixo:

- Dê-me aquela caixa.

- Me dá aquela caixa.

A segunda frase mostra o seguinte efeito em relação à primeira:

- (A) atenuação do valor de formalidade;
- (B) ênfase na ideia de ordem;
- (C) supressão da polidez;
- (D) suavização da ideia de pedido;
- (E) realce da ideia de tempo presente.

15

Observe a seguinte frase:

“Não cheguei a assistir o início do show no final de ano”.

A frase abaixo em que o verbo “assistir” é empregado no mesmo sentido que mostra na frase acima é:

- (A) Não assiste a você o dever de estar presente;
- (B) O professor deve assistir a todos os alunos;
- (C) O avô sempre foi assistido por todos os netos;
- (D) Não se pode assistir parado a uma agressão dessas;
- (E) O médico lhe assistiu nos últimos momentos.

Noções de Sustentabilidade

16

A Constituição Federal trouxe um rico capítulo dispondo sobre a proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, estabelecendo que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação aos princípios, normas e regras estabelecidos no Art. 225 da Constituição Federal sobre Meio Ambiente, é correto afirmar que:

- (A) será inferior à dos combustíveis fósseis e de hidrelétricas o regime fiscal para os biocombustíveis, tecnologias de baixo carbono e para o hidrogênio verde para garantir diferenciais competitivos, especialmente em relação às contribuições parafiscais;
- (B) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e que assegurem o bem-estar dos animais envolvidos;
- (C) são patrimônio nacional os biomas da floresta amazônica brasileira, da mata atlântica, caatinga, pampas sulinos, serra do mar e o pantanal mato-grossense, e sua utilização far-se-á na forma de lei complementar, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- (D) incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e manter os processos ecológicos essenciais naturais e promover o manejo ecológico das espécies endêmicas e exóticas dos ecossistemas;
- (E) incumbe ao poder público definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas apenas por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

17

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) essa agenda é de adesão compulsória e possibilita que a instituição parceira, por meio de organizações sociais, promova a preservação e conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos em detrimento de outras áreas;
- (B) o programa está estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis;
- (C) o acesso a esse serviço, não reconhecido pela Unesco, ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de cinco anos, sendo que, ao término da vigência da adesão, não é possível realizar nova adesão, de modo que ela está limitada a um único período;
- (D) o Ministério Público, durante os cinco anos de vigência da adesão, acompanhará as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho e corrigindo eventuais falhas;
- (E) os usuários serão atendidos consoante seu grau de prioridade e preferência, obedecidas as diretrizes de eficiência, celeridade, urbanidade e ética, de forma remota, inexistindo a possibilidade de atendimento presencial nesse programa.

18

As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes em eventos recentes como as enchentes do Rio Grande do Sul ou os incêndios em Los Angeles. Nesse contexto, a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que procura estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, cada país está estabelecendo sua própria política pública interna. No Brasil, trata-se da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Sobre a Lei nº 12.187/2009, é correto afirmar que a PNMC:

- (A) busca a promoção e o desenvolvimento nacional de pesquisas científico-tecnológicas, bem como a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio de sumidouros de gases de efeito estufa implantados pelo poder público, adotando as medidas de adaptação possíveis, independentemente de vulnerabilidades e do setor produtivo;
- (B) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional;
- (C) tem por finalidade o desenvolvimento econômico com a possível proteção do sistema climático, com redução das emissões naturais de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, independentemente de fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;
- (D) estabelece que a adaptação necessária do contexto socioeconômico deverá ser sustentável, independentemente das comunidades afetadas, buscando segurança energética a partir de combustíveis fósseis e complementariedade de energias renováveis, de modo a compatibilizar e otimizar a produção do país em mesma proporção gradativamente;
- (E) tem como diretriz os compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Quioto para obter as ações de mitigação da mudança do clima em detrimento do desenvolvimento sustentável, com as medidas de adaptação para equalização dos efeitos adversos das mudanças e estabilidade do sistema ambiental e econômico.

19

A divisão de atribuições e as modalidades de cooperação entre os entes federativos foram regulamentadas por meio da Lei Complementar (LC) nº 140/2011, que estabeleceu importantes novas regras. Com efeito, o federalismo cooperativo finalmente tem, nos instrumentos de cooperação e colaboração, ferramentas relevantes para a proteção ambiental no país.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;
- (B) a LC nº 140/2011 não reconhece os fundos privados e outros instrumentos econômicos como formas de cooperação, para fins específicos dessa política pública, mas apenas os fundos públicos, embora ela preveja instrumentos como convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos;
- (C) a cooperação entre os entes federados implica a autorização legal para que qualquer um deles lavre auto de infração ambiental e instaure processo administrativo em face de empreendimentos licenciados e, concomitantemente, apure as penalidades cabíveis de forma ampla e indistinta;
- (D) a atuação subsidiária consiste em ação do ente da federação que se substitui ao ente federativo original e a atuação supletiva consiste na ação do ente federado que visa a auxiliar no desempenho das atribuições comuns, quando solicitado pelo ente federativo original;
- (E) os instrumentos de cooperação são hierarquizados, sendo as duas formas de delegação (de atribuições de execução de ações) prioritárias nessa política ambiental, e as demais formas, como consórcios, participações públicas, audiências públicas e fundos públicos, instrumentos ordinários de cooperação previstos nessa legislação.

20

Os espaços especialmente protegidos, além do Código Florestal, possuem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma política pública das mais relevantes para essa finalidade. A divisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável é construída a partir de uma lógica e perspectiva dos atributos que são necessários conservar.

Desse modo, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- I. Embora as unidades de proteção integral tenham como objetivo básico a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, podem, conforme o caso, ser de uso direto, como, por exemplo, o monumento natural.
- II. A criação de unidades de conservação é feita por ato do poder público, precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, sendo que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites da unidade.
- III. A área das unidades de conservação pode ser considerada tanto área rural quanto área urbana, conforme o caso, mas sua zona de amortecimento é, em regra, área urbana, sendo que sua redução de limites pode ser feita por ato do poder público, publicado em Diário Oficial, devidamente motivado, quando necessário.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) F, F, F;
- (C) V, F, V;
- (D) V, V, F;
- (E) F, V, V.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

21

Por ser tema de legítimo interesse internacional, a proteção dos direitos humanos não é reduzida ao domínio reservado do Estado, ou seja, não se restringe à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva. Contudo, há especificidades no tratamento dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, que ocorrem de acordo com as regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir, à luz da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

- I. Compete privativamente ao presidente da República promulgar um ato internacional, depois de devidamente ratificado, para que este seja incorporado à legislação interna.
- II. No Direito brasileiro vigora um sistema misto, pois, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.
- III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas;
- (B) III e IV, apenas;
- (C) I, II e III, apenas;
- (D) I, II e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

22

Determinado estado brasileiro, ao criar lei que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública para pessoas com deficiência, estabeleceu: (a) o conceito de pessoas com deficiência como aquelas que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita; (b) a caracterização do impedimento de longo prazo exclusivamente por laudo médico; e (c) a exclusão de escolas sem infraestrutura adequada do propósito de ensino inclusivo para pessoas com deficiência.

Considerando a situação hipotética relatada, analise os itens a seguir de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações pertinentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A verificação da deficiência restrita a laudo médico-hospitalar contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- II. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de natureza física ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Há possibilidade de o Estado trazer um conceito distinto e mais restrito de pessoa com deficiência com o fim de assegurar prioridade para vagas em escolas públicas próximas à residência.
- IV. Havendo uma conceituação constitucional para pessoa com deficiência, não cabe à lei estadual restringi-la, reduzindo o grupo de destinatários da proteção.
- V. Sobre a não obrigatoriedade do recebimento de estudantes com deficiência em instituições de ensino consideradas despreparadas, a lei pode excluir peremptoriamente tais unidades de ensino do dever de prestar a educação inclusiva.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III, IV e V.

23

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta legislativa da Lei nº 12.990/2014, que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros, constou que o seu objetivo era o de regulamentar o Art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto determina ações capazes de proporcionar um tratamento mais isonômico entre as populações negra e branca. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº 12.990/2014 não estabelece regras que visam a instituir mecanismos compensatórios que se traduzem em ações afirmativas a serem implementadas pelo poder público, embora prescreva normas destinadas a assegurar às pessoas negras a reserva de 20% das vagas em concursos públicos;
- (B) o Estatuto da Igualdade Racial conceitua como desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- (C) classificam-se como ações afirmativas apenas os programas e medidas especiais adotados pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; já os programas adotados pelo Estado são classificados como políticas públicas;
- (D) o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e ao incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas;
- (E) o Poder Executivo federal, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

24

No dia 8 de março de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.430, que dispõe sobre ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, criando uma cota para mulheres, neste caso, vítimas de violência, em contratos da Administração Pública federal. No Supremo Tribunal Federal, tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que estabelecem percentuais para o ingresso de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por concurso público.

Num panorama geral, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o Estado Democrático de Direito brasileiro, ao reconhecer, na Constituição Federal e nas leis, a igualdade formal entre homens e mulheres, potencializa a igualdade material, que é aquela prevista em lei ao dispor que todos são iguais perante a lei;
- (B) critérios diferenciados em concursos públicos para o ingresso em cargos e funções públicas não são admitidos, ainda que se fale em exigências específicas relacionadas à natureza do cargo;
- (C) o Poder Legislativo pode erigir condição de admissão no sentido de estabelecer percentuais para o ingresso de mulheres em concursos públicos, já que a Constituição Federal prevê que os cargos públicos são acessíveis “na forma da lei”;
- (D) a Constituição Federal proíbe, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho, a diferenciação de critério de admissão por motivo de sexo, preceito extensível à admissão no serviço público por expressa disposição constitucional;
- (E) as normas delegam à Administração um espaço de discricionariedade que permite restrições à participação das mulheres nos certames sem que isso configure violação a dispositivos constitucionais pelas leis estaduais.

25

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é o instrumento mais importante de efetivação dos direitos humanos do sistema interamericano. O documento instituiu o denominado Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acerca dos mecanismos de implementação do Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar que:

- (A) o Estado signatário do Pacto de São José da Costa Rica pode ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos e não reconhecer a jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos, já que tal reconhecimento é cláusula facultativa da Convenção;
- (B) o Brasil é Estado-Parte da Convenção desde 1992 e, em 2002, reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) o reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos é obrigatório e feito por declaração específica para todo e qualquer caso, e não somente para determinado caso específico;
- (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por nove juízes, cuja escolha é feita pelos Estados-Parte da Convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados;
- (E) as vítimas, assim como os Estados-Parte, podem submeter casos diretamente à Corte, sem que haja necessidade de apresentar suas alegações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Noções de Administração Pública

26

Em uma fundação, a avaliação de desempenho dos gestores contempla os seguintes quesitos: capacidade de desenvolver rede de relacionamentos e troca de informações com instituições externas relevantes; capacidade de obter e analisar informações relevantes sobre a organização e o ambiente externo; e capacidade de adaptar a equipe a processos de mudança.

Esses quesitos da avaliação de desempenho dos gestores estão relacionados, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; monitor; líder;
- (B) ligação; monitor; símbolo;
- (C) símbolo; empreendedor; líder;
- (D) ligação; monitor; solucionador de conflitos;
- (E) ligação; empreendedor; solucionador de conflitos.

27

André é o gestor responsável por conduzir melhorias no processo de contas a pagar da organização em que trabalha. Já foram levantados os diversos problemas e identificadas suas causas. Agora, André quer estabelecer a ordem de prioridade das ações de melhoria no processo, considerando: os impactos dos diferentes problemas sobre as pessoas e os resultados; o potencial de agravamento dos diferentes problemas caso não sejam resolvidos; e a urgência na solução de cada problema.

Para auxiliá-lo nessa tarefa, André deve fazer uso da seguinte ferramenta:

- (A) 5W2H;
- (B) matriz GUT;
- (C) diagrama de Gantt;
- (D) diagrama de Pareto;
- (E) diagrama de Ishikawa.

28

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgam que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

- (A) diretivo;
- (B) realizador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) delegador.

29

Uma determinada organização pública da área de saúde tem sua estrutura dividida por funções, contemplando, assim, um departamento de apoio administrativo, um departamento de ensino e pesquisa e um departamento de atenção à saúde.

Esse tipo de departamentalização tem como vantagem e desvantagem, respectivamente:

- (A) facilitar o atendimento das necessidades do usuário em suas particularidades; gerar sobreposições;
- (B) obter maior proveito de especializações e economia de escala, mesmo diante de conflitos; reduzir a visão integral;
- (C) otimizar uso de recursos humanos, financeiros e materiais com prazos limitados; causar alta rotatividade em contratações temporárias;
- (D) permitir a instalação de unidades próximas aos usuários, matérias-primas e canais de escoamento; ocasionar duplicidades e aumentos de custos;
- (E) promover a descentralização e facilitar controles e inovação; apresentar custos administrativos elevados e baixa sinergia entre departamentos.

30

Teotônio, procurador da República do Ministério Público Federal, é incumbido de averiguar se Mervaldo, pessoa de interesse em investigação criminal, responde a inquérito civil por ato de improbidade administrativa perante o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, visando à obtenção de subsídios para a tomada de decisão, Teotônio poderá:

- (A) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, sigilosos ou não;
- (B) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (C) consultar o Catálogo de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (D) requisitar as informações por ofício eletrônico pela Rede Nacional de Inovação Digital do Ministério Público, a fim de que a unidade consultada autorize a disponibilização das informações gerais que constem de processos ali existentes, sigilosos ou não;
- (E) requisitar as informações pela Plataforma MP Digital, mas, como o processo tramita perante unidade diversa da sua, o compartilhamento dependerá de aprovação do Comitê Gestor do MP Digital, observada a legislação de regência, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

MÓDULO II

Legislação Institucional

31

João, membro do Ministério Público Federal, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da República. Pedro, que o assessorava na classe imediatamente anterior da carreira e almejava continuar a fazê-lo, analisou os órgãos jurisdicionais juntos aos quais João poderia vir a atuar, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao fim de sua análise, Pedro concluiu, corretamente, à luz da Lei Complementar nº 75/1993, que a atuação de João:

- (A) somente pode ocorrer perante o STJ, o que se dá ao ser empossado no órgão do qual será titular;
- (B) pode ocorrer perante os órgãos jurisdicionais indicados, sendo vedado que ocorra perante outros;
- (C) pode ocorrer perante órgãos jurisdicionais diversos dos indicados por autorização do Conselho Superior;
- (D) somente pode ocorrer por delegação do procurador-geral da República perante os órgãos jurisdicionais indicados;
- (E) não pode ocorrer perante o STF, o que é privativo do procurador-geral da República ou do seu substituto imediato.

32

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em um dos ramos do Ministério Público da União, foi conivente com certa infração ao código de ética e de conduta da instituição, infração esta que teria sido praticada por Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo.

À luz da sistemática estabelecida no referido código, é correto afirmar que:

- (A) Pedro não está sujeito à disciplina do código;
- (B) a conduta de Pedro não afronta uma vedação estabelecida no código;
- (C) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção disciplinar a Pedro e a Maria;
- (D) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção ética a Pedro e a Maria, com recurso ao procurador-geral da República;
- (E) compete à Comissão Permanente de Ética dar ciência à autoridade administrativa competente se verificar indícios de irregularidade administrativa nas condutas de Pedro e Maria.

33

O diretório nacional do partido político Alfa, com representação no Congresso Nacional, encaminhou petição ao Ministério Público Federal (MPF) noticiando que o governador do estado Beta expedira determinação ao seu secretariado no sentido de que fosse descumprida a Lei Federal nº X. Em razão da recusa à execução do que foi estatuído nesse diploma normativo, Alfa almejava que fosse ajuizada representação para que a União interviesse em Beta.

Nessa situação, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) a representação deve ser ajuizada pelo membro do MPF ao qual a petição for distribuída;
- (B) o MPF não pode exercer a consultoria de Alfa; logo, não pode ingressar com a representação almejada;
- (C) a representação, observados os requisitos exigidos, pode vir a ser ajuizada por subprocurador-geral da República;
- (D) o ajuizamento da representação é de competência privativa do procurador-geral da República, que não pode delegá-la;
- (E) o ajuizamento da representação é de competência do procurador-geral da República, que somente pode delegá-la ao vice-procurador-geral da República.

34

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Pouco tempo depois, decidiu que a melhor opção para o seu desenvolvimento pessoal seria obter uma remoção para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Após analisar a sistemática estabelecida na Lei nº 13.316/2016, Maria concluiu, corretamente, que a referida remoção:

- (A) é expressamente vedada;
- (B) pode ocorrer a partir de livre decisão do procurador-geral da República, para atender à conveniência e oportunidade da administração;
- (C) pressupõe a manifestação de vontade de Maria e o preenchimento dos requisitos estabelecidos no edital que disciplina a remoção;
- (D) pode ocorrer a partir de decisão do procurador-geral da República, exigindo-se que o servidor tenha permanecido na unidade em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano;
- (E) pode ocorrer apenas na modalidade de permuta, em que um servidor lotado no Conselho Nacional do Ministério Público anua em se movimentar para o Ministério Público da União.

35

Joana, servidora da área de integridade do Ministério Público do Trabalho (MPT), questionou o seu superior hierárquico em relação aos alicerces estruturais do plano de integridade da instituição, mais especificamente em relação à competência para editá-lo e à definição da respectiva estratégia de comunicação.

Foi corretamente esclarecido a Joana, considerando a sistemática estabelecida na Portaria PGR/MPU nº 247/2023, que:

- (A) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo MPT;
- (B) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo Comitê de Integridade do MPU;
- (C) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação são estabelecidos pelo procurador-geral da República, não pelo MPT;
- (D) o plano de integridade deve ser editado pelo procurador-geral da República, cabendo ao MPT definir a estratégia de comunicação do âmbito da instituição;
- (E) o plano de integridade pode ser editado pelo MPT caso haja delegação do procurador-geral da República; já a estratégia de comunicação é uniforme em todo o MPU.

Noções de Direito Administrativo

36

O Poder Executivo Federal promoveu, de ofício, o deslocamento de cargo de provimento efetivo ocupado, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A medida foi adotada para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma:

- (A) redistribuição;
- (B) remoção;
- (C) readaptação;
- (D) reversão;
- (E) substituição.

37

A autoridade administrativa federal competente, no intuito de eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, resolveu celebrar compromisso com os interessados, observando as formalidades previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito do compromisso em questão, é correto afirmar que:

- (A) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
- (B) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento;
- (C) deve produzir automaticamente efeitos retroativos, por expressa determinação legal;
- (D) tem como pressuposto a existência de razões de relevante interesse particular ou geral;
- (E) exige a prévia realização de consulta pública, dispensada a oitiva do órgão jurídico.

38

Determinado órgão da Administração Pública promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia com vistas à reforma de sua sede. Na etapa de julgamento, duas propostas foram idênticas conforme os critérios previstos em edital.

Dentre os critérios de desempate entre duas ou mais propostas adotados pela Lei Federal nº 14.133/2021, é correto apontar:

- (A) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- (B) a contratação, pelo licitante, de mulheres vítimas de violência doméstica;
- (C) a utilização, pelo licitante, de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- (D) a contratação, pelo licitante, de oriundos ou egressos do sistema prisional;
- (E) a utilização, pelo licitante, de bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

39

Adalgisa ajuizou ação de indenização por danos morais em face da concessionária de serviço público que realiza a coleta e o tratamento de esgoto em sua cidade. Na inicial, Adalgisa afirmou morar nas redondezas de uma estação de tratamento de esgoto operada pela ré, que emitiria um mau odor causador de profunda violação à sua dignidade humana.

Os elementos de prova produzidos ao longo do processo demonstraram que, de fato, a atividade exercida pela estação de tratamento de esgoto descumpria as normas de regência e causava a emissão de odores fétidos que atingiam a região em que residia Adalgisa, gerando nesta desconforto, frustração, desespero e problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Nessa situação, é possível afirmar que:

- (A) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, sendo possível a inversão do ônus da prova *ope judicis*;
- (B) a responsabilidade da concessionária de serviço público e do poder concedente é solidária, sendo facultado a Adalgisa exigir o pagamento de quaisquer deles na fase de cumprimento de sentença;
- (C) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é objetiva, não havendo necessidade de demonstração de culpa ou dolo de seus agentes;
- (D) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, assegurada a inversão do ônus da prova *ope legis*;
- (E) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é baseada na teoria do risco integral, não havendo necessidade de demonstração donexo causal entre conduta e resultado danoso.

40

Bertoldo, servidor público federal, praticou conduta escandalosa na repartição e insubordinação grave em serviço, pois, instado pelo seu superior ao cumprimento de certa tarefa inserida nas suas atribuições, respondeu aos gritos que não iria obedecer a ordem, deu um soco no rosto de seu superior e atirou o monitor de seu computador contra a parede. Foi ajuizada ação penal em face de Bertoldo, no bojo da qual foi instaurado incidente de insanidade mental.

Os laudos médicos constataram a enfermidade psíquica de Bertoldo, indicando que o acusado era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Com base nisso, o juízo criminal proferiu sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança.

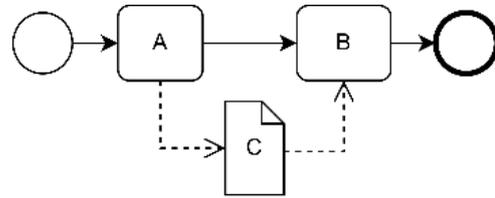
Nessa situação, é correto afirmar que, no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Bertoldo pelos mesmos fatos:

- (A) é possível a aplicação de pena de demissão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (B) é obrigatória a aplicação de pena de demissão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (C) é obrigatória a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (D) é possível a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (E) descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

Conhecimentos Específicos

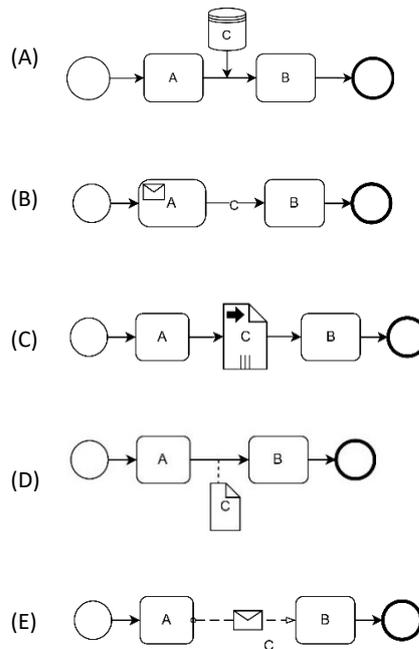
41

A analista de processos de negócio Ana está modelando as entradas e saídas de dados de diversas atividades dos processos do MPU com a notação BPMN, que permite uma comunicação padronizada entre os participantes dos processos. Para isso, Ana está utilizando associação de dados (Data Association) com a seguinte representação.



Como consequência, os diagramas estão ficando muito grandes e visualmente poluídos, o que impacta a sua comunicação.

No BPMN, para representar as mesmas relações de entrada e saída das atividades limpando o diagrama e reduzindo a poluição visual, Ana deve usar a notação:



42

Joana, gestora de processos de negócio, é responsável por otimizar os processos do MPU. Com base no CBOK 4.0, na primeira fase do seu trabalho, Joana definiu a seguinte tarefa:

- identificar interfaces entre processos em que o trabalho ou a informação passam de um departamento para outro, o que pode gerar atrasos na execução do processo, além de distorções ou perdas de informações.

Para executar essa tarefa, Joana deve identificar:

- (A) as atividades manuais, para transformá-las em atividades automáticas, visando a otimizar e agilizar a execução das tarefas;
- (B) os repositórios de processos de negócio, para catalogar as tarefas manuais e repetitivas dos departamentos;
- (C) handoffs utilizando swim lanes, para modelar as interfaces entre os departamentos;
- (D) as atividades atômicas, limitando as transferências de informação entre departamentos quando possível;
- (E) Key Performance Indicator (KPI), para avaliar as tarefas que mais atrasam, causam distorções e perdas de informações.

43

João é analista de banco de dados do MPU e precisa analisar as consultas que estão impactando o desempenho do banco de dados BDProc no PostgreSQL. Para isso, ele decidiu escrever as consultas SQL como expressões da álgebra relacional. Observe a consulta SQL a seguir.

```
SELECT processo_id
FROM Processos
WHERE autor = "Maria" AND situacao = "Ativo"
```

Na álgebra relacional, a expressão correspondente que João deve escrever é:

- (A) $\pi_{\text{autor, situacao}} (\sigma_{\text{processo_id}=(\text{Processos}, \text{"Maria"}, \text{"Ativo"})})$
- (B) $\pi_{\text{processo_id}} (\sigma_{\text{autor} = \text{"Maria"} \wedge \text{situacao} = \text{"Ativo"} (\text{Processos}))$
- (C) $\sigma_{\text{processo_id}}(\text{Processos}) (\pi_{\text{autor} = \text{"Maria"}, \text{situacao} = \text{"Ativo"}))$
- (D) $\sigma_{(\text{autor} = \text{"Maria"} \cap \text{situacao} = \text{"Ativo"}, \text{processo_id} (\text{Processos}))}$
- (E) $(\text{autor} = \text{"Maria"} \cup \text{situacao} = \text{"Ativo"}) \bowtie (\pi_{\text{processo_id}} (\text{Processos}))$

44

A álgebra relacional é uma linguagem de consulta formal, composta por diversas operações sobre conjuntos de dados, que fornece uma base teórica sólida para a otimização de consultas SQL em bancos de dados relacionais.

A operação "seleção" da álgebra relacional é realizada pela cláusula SQL:

- (A) WHERE
- (B) SELECT
- (C) EXISTS
- (D) LIMIT
- (E) HAVING

45

João está aprendendo banco de dados orientado a documento. Para começar, João buscou a correspondência com a sua área de conhecimento, que é a álgebra relacional e o banco de dados relacional.

Em seu estudo, João identificou que uma relação (relation) da álgebra relacional corresponde, no MySQL e no MongoDB, respectivamente, a:

- (A) column e field;
- (B) row e document;
- (C) table e collection;
- (D) tuple e attribute;
- (E) foreign key e hierarchy.

46

A analista de Business Intelligence Maria implementou um Dashboard sobre os processos judiciais do MPU por Estado no PowerBI. O usuário João solicitou a Maria que, ao clicar na entidade "Estado", fosse aberta uma nova página com gráficos exibindo informações com detalhes sobre o "Estado" selecionado. Com a nova página contendo informações apenas do Estado selecionado, João poderia avançar em seu trabalho.

No PowerBI, para implementar a solicitação de João, Maria deve:

- (A) utilizar um slicer hierárquico para filtrar o relatório por "Estado" abrindo uma nova página;
- (B) criar grupos de visuais no relatório que podem ser exibidos ou ocultados de acordo com a seleção da entidade "Estado";
- (C) criar um relatório paginado com parâmetros que filtrem pela entidade "Estado" em uma nova página;
- (D) implementar um visual, como o TreeMap, que permite a realização da operação drilldown sobre a entidade "Estado";
- (E) criar uma página destino com visuais sobre o "Estado" selecionado, configurando a operação drillthrough no relatório de origem.

47

O gestor de qualidade do MPU solicitou à analista de Business Intelligence Maria um Dashboard para monitorar o desempenho da tramitação dos processos ao longo do tempo.

O programador Pedro havia implementado o banco de dados MongoProc, no MongoDB, para armazenar os dados do sistema de tramitação de processos judiciais. Então, Maria solicitou a ele a consulta ao MongoProc para alimentar as tabelas: `fato_proc` (quantidade), `dim_data`, `dim_estado`. Pedro respondeu que não poderia fornecer apenas uma consulta, pois seria necessário transformar os dados NoSQL em relacional. Para implementar a solução, Maria poderá utilizar apenas as ferramentas disponíveis no MPU: MongoDB, PostgreSQL, MySQL, Flyway, Pentaho, QlikView e MicroStrategy.

Para transformar os dados NoSQL visando a alimentar as tabelas e construir o Dashboard, Maria deve:

- (A) minerar os documentos armazenados no MongoProc para encontrar padrões e exibir no Tableau;
- (B) modelar multidimensionalmente os dados NoSQL para compor um Data Lake visando a apresentar os dados no Flyway;
- (C) carregar um repositório de metadados com a descrição da estrutura flexível do MongoProc e transformar a estrutura rígida do PostgreSQL;
- (D) transformar a estrutura NoSQL do MongoProc em SQL do MySQL e criar um Data Mart no GraphDB para ser consultado via QlikView;
- (E) implementar um ETL no Pentaho extraindo dados do MongoProc para armazenar em um Data Mart no PostgreSQL e implementar um Dashboard no MicroStrategy.

48

Observe o resultado da execução dos seguintes comandos do MongoDB Shell.

```
> use MPU2025
> switched to db MPU2025
> db.getCollectionNames();
< [ 'Processos' ]
> db["Processos"].find();
<{
  _id: '676850ada9ec96543d3001c2',
  processo_numero: '0001',
  situacao: 'Ativo',
  partes: {
    autor: ['Maria'],
    reu: [
      'Pedro',
      'Ivo'
    ]
  },
}
{
  _id: '67685117a9ec96543d3001c5',
  processo_numero: '0002',
  partes: {
    autor: ['Maria'],
    reu: ['Joana']
  },
}
```

Para listar apenas os processos que possuem dois réus, deve-se executar o comando:

- (A) `'Processos'.filter(toArray({reu=2}))`;
- (B) `db.collection.count({"partes.reu",2})`;
- (C) `MPU2025.Processos.dataSize("partes.reu"$2)`;
- (D) `db["Processos"].find({"partes.reu":{"$size:2}})`;
- (E) `db.Processos.countDocuments({"partes.reu":"2"})`;

49

O analista João está analisando os dados de diversas fontes, carregando-os em um banco de dados relacional. Durante as cargas, diversas tabelas foram criadas, e agora João precisa fazer uma limpeza no seu banco de dados.

Para remover uma tabela do banco de dados, João deve utilizar o comando:

- (A) DROP;
- (B) ALTER;
- (C) DELETE;
- (D) UPDATE;
- (E) TRUNCATE.

50

A gestora de dados Maria observou que diversos sistemas do MPU utilizam cadastros com as mesmas entidades, como: PROMOTOR, JUIZ, ESTADO, FUNCIONÁRIO. Além disso, Maria observou que cada sistema implementa suas próprias tabelas de cadastro. Diante disso, Maria decidiu implantar a governança de dados corporativa no MPU, iniciando pela gestão dos dados críticos que são compartilhados pelos sistemas de informação, visando a assegurar um uso consistente com a versão mais precisa, oportuna e relevante das entidades essenciais do MPU, e a reduzir os riscos de redundância de dados.

De acordo com o DAMA/DMBOK 2ª edição, Maria deve começar pela Área de Conhecimento:

- (A) Metadata;
- (B) Qualidade de Dados;
- (C) Arquitetura de Dados;
- (D) Dados Mestres e de Referência;
- (E) Integração e Interoperabilidade de Dados.

51

As operações em vetores e matrizes é uma importante tarefa no desenvolvimento de Sistemas de Informação, especialmente os que manipulam dados. Observe o seguinte código Python.

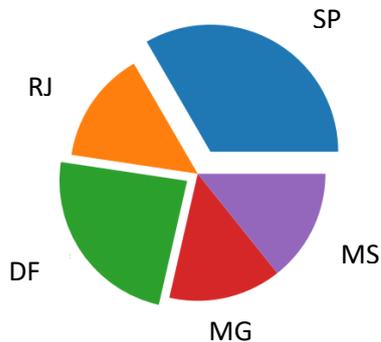
```
import numpy as np
arr = np.array([1, 2, 3])
y = arr.copy()
arr[0] = 4
x = arr.view()
print(arr, x, y)
print(x.base, y.base, arr.shape)
```

O resultado da execução do código apresentado é:

- (A) `[4 2 3] [4 2 3] [1 2 3]`
`None None (3,1)`
- (B) `[4 2 3] [1 2 3] [1 2 3]`
`[1 2 3] None (3,2)`
- (C) `[1 2 3] [1 2 3] [4 2 3]`
`[4 2 3] [1 2 3] (3,0)`
- (D) `[1 2 3] [4 2 3] [1 2 3]`
`[4 2 3] None (3,3)`
- (E) `[4 2 3] [4 2 3] [1 2 3]`
`[4 2 3] None (3,)`

52

A visualização de dados nos Sistemas de Informação apoia diversas análises de dados. Observe o seguinte gráfico pizza gerado por um código Python, utilizando a biblioteca matplotlib.pyplot.



No Python, com a biblioteca matplotlib.pyplot, para destacar fatias da pizza, afastando-as do centro, deve-se usar o parâmetro:

- (A) axis
- (B) explode
- (C) scatter
- (D) startangle
- (E) width marker

53

O diretor operacional João, do setor de digitalização de processos, escala diariamente vários funcionários de diversos setores para compor a força-tarefa da transformação digital do MPU. Para dar visibilidade ao andamento do trabalho, João solicitou ao analista de BI Nilo a elaboração de um Dashboard para responder a seguinte pergunta analítica:

- Qual é a quantidade de pessoal alocado por dia em um determinado período por setor?

Para isso, Nilo deve modelar um fato:

- (A) aditivo;
- (B) derivado;
- (C) ausente;
- (D) semiaditivo;
- (E) conformado (conformed).

54

A analista de Business Intelligence Lúcia está elaborando o modelo multidimensional do Data Mart Processos Judiciais (DMProcJ). Durante sua análise, ela observou que o número do processo judicial (`num_processo`) não é uma métrica, mas sim um atributo importante, pois representa o menor grão do DMProcJ e pode ser usado para navegar até o sistema transacional de origem para analisar outras informações de um processo específico.

Para modelar o atributo `num_processo`, Lúcia deve implementar um(a):

- (A) fato não aditivo;
- (B) dimensão ponte;
- (C) operação drill across;
- (D) dimensão degenerada;
- (E) data mart dependente.

55

O analista de Business Intelligence Luiz está desenvolvendo uma solução aplicando técnicas de mineração de dados na base de dados de processos judiciais do MPU para descobrir padrões que mostrem resultados como o exemplificado a seguir.

```
{Roubo, Antecedentes Criminais, RJ, 2024} → {Pena > 5 anos} [Suporte = 50%, Confiança = 80%]
```

Para descobrir esse tipo de padrão, com antecedente e consequente, Luiz deve minerar:

- (A) clusters;
- (B) outliers;
- (C) anomalias;
- (D) regressões;
- (E) regras de associação.

56

No processo de realizar análises nos dados armazenados em um banco de dados relacional, o perito Charles está implementando diversas consultas SQL. Ele precisa acessar o resultado dessas consultas diversas vezes, como se fosse uma tabela, em um ciclo de refinamento analítico contínuo.

Em um banco de dados relacional, para criar uma tabela virtual que represente o resultado de uma consulta SQL, Charles deve implementar um(a):

- (A) VIEW;
- (B) TRIGGER;
- (C) DOMAIN;
- (D) SEQUENCE;
- (E) FUNCTION.

57

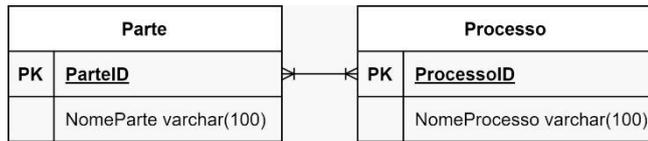
O gestor de pessoal do MPU Antônio precisa da lista dos funcionários contendo diversos dados pessoais. Para agir de acordo com a LGPD, Antônio solicitou ao analista José que realizasse um tratamento no cadastro de pessoal para que o dado perdesse a possibilidade de associação, direta ou indireta, ao indivíduo.

Para atender Antônio, José deve realizar nos dados a ação de:

- (A) difusão;
- (B) bloqueio;
- (C) indexação;
- (D) classificação;
- (E) anonimização.

58

Observe o modelo de dados, que utiliza a Notação Crow's Foot (Pé de Galinha), onde PK representa a Chave Primária:



Após a normalização, no PostgreSQL, para implementar o modelo de dados físico com as integridades referenciais, deve-se executar o seguinte script SQL:

- (A)

```
CREATE TABLE Processo (
  ProcessoID SERIAL PRIMARY KEY,
  NomeProcesso VARCHAR(100));
CREATE TABLE Parte (
  ParteID SERIAL PRIMARY KEY,
  NomeParte VARCHAR(100));
CREATE TABLE ProcessoParte (
  ProcessoID INTEGER REFERENCES Processo(ProcessoID),
  ParteID INTEGER REFERENCES Parte(ParteID),
  PRIMARY KEY (ProcessoID, ParteID));
```
- (B)

```
CREATE TABLE Processo (
  ProcessoID SERIAL UNIQUE,
  NomeProcesso VARCHAR(100));
CREATE TABLE Parte (
  ParteID SERIAL UNIQUE,
  NomeParte VARCHAR(100));
CREATE TABLE ProcessoParte (
  ProcessoID SERIAL UNIQUE,
  ParteID SERIAL UNIQUE);
```
- (C)

```
CREATE TABLE Processo (
  ProcessoID SERIAL NOT NULL,
  NomeProcesso VARCHAR(100));
CREATE TABLE Parte (
  ParteID SERIAL NOT NULL,
  NomeParte VARCHAR(100));
CREATE TABLE ProcessoParte (
  UNIQUE (ProcessoID, ParteID));
```
- (D)

```
CREATE TABLE ProcessoParte (
  ProcessoID FOREIGN KEY,
  ParteID FOREIGN KEY,
  NomeParte VARCHAR(100),
  NomeProcesso VARCHAR(100));
```
- (E)

```
CREATE TABLE ProcessoParte (
  FOREIGN KEY(ProcessoID NOT NULL, ParteID NOT NULL),
  NomeParte VARCHAR(100),
  NomeProcesso VARCHAR(100));
```

59

O administrador de banco de dados Pedro criou o papel dadosadm para cadastrar os funcionários do MPU que desempenham a função de Administrador de Dados usando o seguinte comando SQL no PostgreSQL:

```
CREATE ROLE dadosadm WITH LOGIN PASSWORD 'admin';
```

Para que o papel dadosadm possa alterar a estrutura, bem como adicionar e remover linhas e colunas da tabela processo com controle total, Pedro deve usar o seguinte comando SQL:

- (A)

```
GRANT SELECT, INSERT, UPDATE, DELETE, TRUNCATE ON processo TO dadosadm;
```
- (B)

```
REVOKE SELECT, INSERT, UPDATE, DELETE, TRUNCATE ON processo FROM dadosadm;
```
- (C)

```
ALTER DEFAULT PRIVILEGES ON processo GRANT SELECT, INSERT, UPDATE, DELETE, TRUNCATE ON TABLES TO dadosadm;
```
- (D)

```
SET TRANSACTION READ WRITE ON processo TO dadosadm;
```
- (E)

```
ALTER TABLE processo OWNER TO dadosadm;
```

60

Observe os registros incluídos na tabela Processo pelo seguinte script SQL:

```
INSERT INTO Processo (processoID, descricao)
VALUES (1, 'Tributário');
INSERT INTO Processo (processoID, descricao)
VALUES (2, 'Divórcio');
INSERT INTO Processo (processoID, descricao)
VALUES (3, 'Trabalhista');
SELECT * FROM PROCESSO;
```

Para consultar apenas os Processos (Processo) que possuem o termo "trabalhista" no campo descrição (descricao), deve-se complementar a consulta com a cláusula WHERE e a seguinte condição:

- (A) `descricao = 'trabalhista';`
 (B) `descricao ilike 'trabalhista';`
 (C) `'_trabalhista_' != descricao;`
 (D) `'%trabalhista%' IN descricao;`
 (E) `POSITION('trabalhista' IN descricao);`

61

O analista Paulo precisa analisar e descobrir padrões nas relações entre as diversas entidades nos processos judiciais do MPU, como promotores, juízes, autores, réus, secretários e advogados. Para isso, Paulo vai utilizar um banco de dados NoSQL para armazenar essa rede social judiciária que chamou de SocialJud.

Para implementar o SocialJud, Paulo deve usar um banco de dados:

- (A) colunar;
 (B) chave-valor;
 (C) orientado a documento;
 (D) orientado a grafos com nós e arestas;
 (E) matricial com dimensões hierárquicas.

62

Observe a transação SQL a seguir.

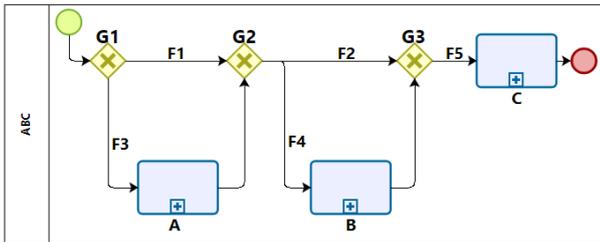
```
BEGIN;
INSERT INTO Parte (ParteID, NomeParte)
VALUES (1, 'Mariana Souza');
SAVEPOINT insercao;
INSERT INTO Parte (ParteID, NomeParte)
VALUES (2, 'Joca Silva');
SAVEPOINT insercao;
INSERT INTO Parte (ParteID, NomeParte)
VALUES (3, 'Luiz Almeida');
ROLLBACK TO SAVEPOINT insercao;
RELEASE SAVEPOINT insercao;
ROLLBACK TO SAVEPOINT insercao;
SELECT * FROM Parte;
COMMIT;
```

No PostgreSQL, após a execução da transação SQL, o(s) registro(s) da tabela Parte é(são):

- (A) (1, 'Mariana Souza')
 (B) (2, 'Joca Silva')
 (C) (3, 'Luiz Almeida')
 (D) (1, 'Mariana Souza')
 (2, 'Joca Silva')
 (E) (2, 'Joca Silva')
 (3, 'Luiz Almeida')

63

Maria utilizou a notação BPMN para modelar o processo de negócio do departamento DEPTO1 da organização ORG_A, conforme figura abaixo.



Considerando a notação BPMN, é correto afirmar que:

- (A) o fluxo F5 é uma junção e leva à execução de um subprocesso de baixa complexidade;
- (B) a sequência de gateways G1 e G2 garante a execução exclusiva do subprocesso B;
- (C) o fluxo F1 é executado em paralelo ao fluxo F3, assim como são paralelos os fluxos F2 e F4;
- (D) o fluxo pelo gateway G2 está condicionado ao término da execução do subprocesso A;
- (E) o gateway G2 é exclusivo e conflita na bifurcação e união de caminhos alternativos.

64

Durante um processo de contagem de pontos de função de uma aplicação, as telas do sistema foram utilizadas como subsídios. As Figuras 1 e 2 apresentam as telas para cadastro de clientes.



Figura 1

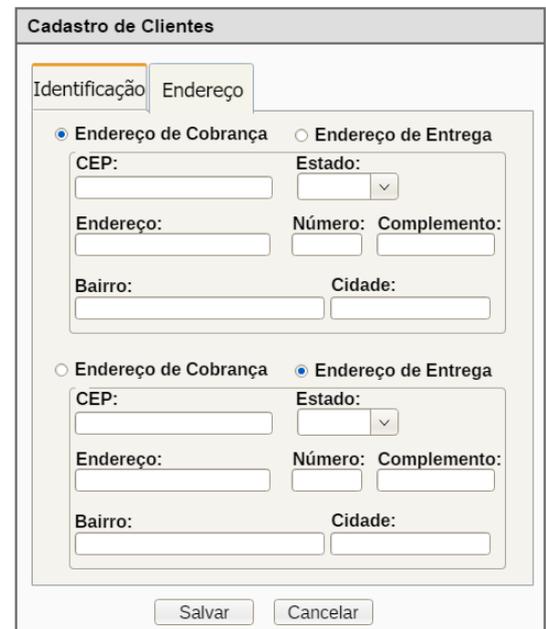


Figura 2

Com base na Análise de Pontos de Função, o cadastro apresentado nas Figuras 1 e 2 deve ser contado como:

- (A) uma Entrada Externa e um Arquivo Lógico Interno;
- (B) uma Entrada Externa e dois Arquivos Lógicos Internos;
- (C) duas Entradas Externas e um Arquivo Lógico Interno;
- (D) duas Entradas Externas e dois Arquivos Lógicos Internos;
- (E) uma Entrada Externa e três Arquivos Lógicos Internos.

65

Ministerio_WEB é uma aplicação Web desenvolvida em multicamadas que utiliza o padrão arquitetural REST, cujo backend tem por base uma Application Programming Interface (API) e cujo frontend foi desenvolvido em React.JS. Foi padronizado que todas as funcionalidades para pesquisa de dados devem entregar os resultados aos usuários por meio de componente estruturado em tabela. É relevante para os usuários que cada apresentação de tabela respeite o limite de 15 registros por tela. O backend, por sua vez, fornece serviços de entrega de conjuntos de dados que resultam de pesquisas com a opção de parametrização da quantidade de registros a serem disponibilizados ao utilizador do endpoint.

Considerando que Ministerio_WEB precisa ser medido funcional e não funcionalmente, optou-se pelo uso do SNAP (Software Non-Functional Assessment Process) para dimensionamento não funcional.

Pela perspectiva da medição não funcional utilizando o SNAP, as funcionalidades para pesquisa de dados utilizadas no Ministerio_WEB estão aderentes, respectivamente, à categoria:

- (A) Projeto de Interface, subcategoria Múltiplos Métodos de Saída;
- (B) Operações Lógicas e Matemáticas, subcategoria Formatação de Dados;
- (C) Operações de Dados, subcategoria Movimentações de Dados Internos;
- (D) Ambiente Técnico, subcategoria Software Baseado em Componentes;
- (E) Tecnologia de Banco de Dados, subcategoria Entregar Valor Agregado aos Usuários por Configuração de Dados.

66

A ORG_A é uma organização que anualmente conduz um processo seletivo interno para cargos de gerência. Concorrem aos cargos aqueles funcionários que cumprem um rol de requisitos definido em norma interna. A ORG_A já possui um software para gestão de funcionários e deseja estendê-lo com uma inovação para apoiar os processos seletivos.

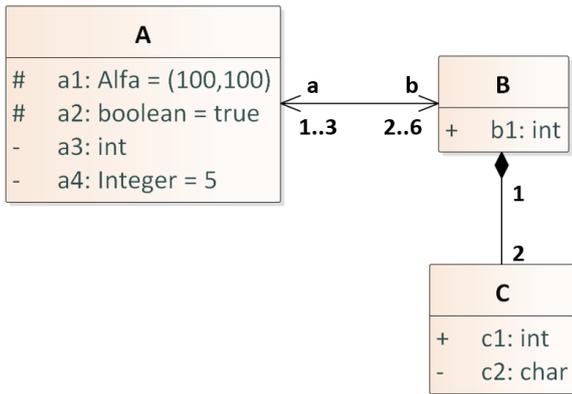
O representante do cliente explicou que os funcionários que cumprem os requisitos para um cargo devem ser automaticamente selecionados pelo sistema, e seus nomes devem ser exibidos em tela em ordem crescente de data de admissão, um dado relevante para os usuários e para o processo de seleção. Deve ser disponibilizada a opção para que os usuários do sistema possam alterar a ordenação dos nomes dos funcionários, arrastando e soltando na posição desejada. O sistema deve salvar a nova ordenação após a solicitação do usuário. A alteração da ordenação pode ser refeita a qualquer tempo, mas o sistema deve armazenar o histórico das listas anteriores. As listas de funcionários podem ser impressas em tela. Opcionalmente, as listas podem ser exportadas para os formatos PDF, JSON e XML para interoperabilidade com outros sistemas da ORG_A.

Considerando a solicitação do cliente à luz da engenharia de requisitos, para a inovação solicitada identificam-se:

- (A) três requisitos funcionais e um requisito não funcional de produto;
- (B) quatro requisitos funcionais, um requisito não funcional de usabilidade e um requisito não funcional de desenvolvimento;
- (C) cinco requisitos funcionais e um requisito não funcional organizacional;
- (D) seis requisitos funcionais, um requisito não funcional de desempenho e um requisito não funcional de manutenibilidade;
- (E) sete requisitos funcionais, um requisito não funcional operacional e um requisito não funcional externo.

67

Observe o diagrama abaixo modelado em UML 2.5.1.



Semanticamente, o diagrama indica que:

- (A) a associação de dependência entre as classes A e B é binária com duas extremidades nomeadas;
- (B) a extremidade b da associação entre as classes A e B pode ser representada por um atributo da classe A;
- (C) o valor 5 do atributo a4 da classe A é atribuído a todas as instâncias da classe, tornando-se o valor fixo da propriedade;
- (D) a agregação composta entre as classes B e C exige que um objeto parte seja incluído em no mínimo um objeto composto por vez;
- (E) na associação entre as classes A e B, a extremidade a é de propriedade da classe A e a extremidade b é de propriedade da classe B.

68

Um órgão público está desenvolvendo um sistema Web para apoiar a prestação de serviços aos cidadãos. Objetivando tornar o sistema mais acessível para pessoas com deficiência, a equipe técnica está seguindo as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG - Web Content Accessibility Guidelines). Um dos cuidados da equipe técnica está relacionado à diretriz que trata da ação de facilitar a operação das funcionalidades pelos usuários, por meio de várias entradas além do teclado.

Considerando o WCAG, a equipe técnica deve:

- (A) viabilizar a submissão de formulários automaticamente quando o componente que faz a submissão ganhar o foco;
- (B) dar fluidez ao preenchimento de dados em formulários, submetendo automaticamente dados selecionados em uma lista;
- (C) substituir componentes do tipo botão por links de dados para submissão de formulários, facilitando o uso por leitores de tela;
- (D) definir uma correspondência entre os nomes dos componentes da interface do usuário e seus rótulos (labels), possivelmente colocando o texto do rótulo no início do nome;
- (E) evitar o uso de ícones próximos aos rótulos (labels) e campos de entrada de dados, já que a iconografia carrega conceitos culturais que diferem em cada região.

69

O framework COBIT 2019 faz uma distinção clara entre governança e gestão. O domínio BAI – Build, Acquire and Implement (Construir, Adquirir e Implementar) trata da definição, aquisição e implementação de soluções de Informação e Tecnologia (I&T) e sua integração em processos de negócios.

Uma prática de gerenciamento aderente aos objetivos de gerenciamento do domínio BAI pode ser executada pela(s) atividade(s):

- (A) compreender a visão, direção e estratégia da organização, bem como seu contexto e desafios atuais;
- (B) estabelecer uma função responsável por gerenciar atividades que dão suporte aos objetivos de gerenciamento de dados;
- (C) desenvolver e manter procedimentos operacionais e atividades relacionadas para dar suporte a todos os serviços prestados;
- (D) criar um plano de inovação que inclua grau de tolerância a riscos, com orçamento proposto para iniciativas de inovação e objetivos de inovação;
- (E) especificar e priorizar informações, requisitos funcionais e técnicos, com base na experiência do usuário e nos requisitos confirmados das partes interessadas.

70

O Time de Desenvolvimento de Software (TDevS) de uma organização está utilizando testes automatizados em seus projetos.

Ao utilizar testes automatizados, o TDevS:

- (A) está focando a eficácia da usabilidade com testes exploratórios de caixa-preta;
- (B) busca redução do retrabalho para execução dos testes não funcionais de interface com o usuário;
- (C) tem aplicado testes de integração para verificação antecipada dos caminhos e condições lógicas codificadas;
- (D) visa a aumentar a agilidade do time, já que os testes são codificados uma vez e não precisam ser alterados ao longo do ciclo de vida do projeto;
- (E) deseja garantir a estabilidade das mudanças por meio da incorporação dos testes de integração no processo de integração contínua.

71

Após um estudo aprofundado sobre a sistemática de gestão de processos e do sistema digital que a apoia – o SisGEPRO 1.0 –, a Equipe de Soluções Técnicas (EST) identificou que há conceitos do negócio que não são compreendidos por algumas das partes envolvidas na sustentação do sistema, levando a erros de codificação. Assim, dada a complexidade do negócio e a obsolescência do SisGEPRO 1.0, a EST recomendou o desenvolvimento de uma nova versão do sistema – o SisGEPRO 2.0 – aplicando a abordagem Domain-Driven Design (DDD).

Em conformidade com o DDD, o arquiteto de software, após a modelagem dos conceitos do domínio, irá:

- (A) organizar um repositório (Repository) para que outras camadas tenham acesso à lógica necessária para acesso a objetos;
- (B) definir o modelo de domínio (Domain Model) acoplado às necessidades de armazenamento de objetos e suas referências;
- (C) codificar uma fábrica (Factory) para definir a estratégia de criação e armazenamento de objetos do domínio;
- (D) especificar agregados (Aggregates) para garantir a consistência das mudanças em objetos num modelo com associações complexas;
- (E) projetar serviços (Services) para atender a ações que se refiram a Entidades ou Objetos de valor específicos.

72

O analista Carlos gerencia o GitLab do MPU. Carlos adicionou o job `microservico_A` ao pipeline do projeto A, inserindo no arquivo `.gitlab-ci.yml` do projeto o seguinte conteúdo:

```
microservico_A:
  trigger:
    include:
      - remote:
          'https://gitlab.mpu/grupoA/projetoC/-
          /raw/main/.gitlab-ci.yml'
      - project: 'grupoA/projetoB'
        ref: 'main'
        file: 'microservico_b.yml'
```

Considere que os arquivos referenciados são válidos e acessíveis. Com essa configuração, ao ser executado, o job `microservico_A` irá disparar, ao todo:

- (A) um novo pipeline do tipo parent-child;
- (B) um novo pipeline do tipo multi-project;
- (C) dois novos pipelines do tipo parent-child;
- (D) dois novos pipelines do tipo multi-project;
- (E) dois novos pipelines dos tipos parent-child e multi-project, respectivamente.

73

O analista Lucas está instalando no MPU a ferramenta Rancher, com o objetivo de facilitar o gerenciamento de contêineres. A fim de escolher a distribuição do Kubernetes que o Rancher irá operar, Lucas estabeleceu as seguintes condições: a distribuição escolhida deve ser compatível com o Rancher, não deve depender de nuvens externas e não deve depender do Docker como runtime de contêineres.

Diante dessas condições, o analista deve escolher, entre as distribuições do Kubernetes:

- (A) EKS e K3s;
- (B) RKE2 e K3s;
- (C) RKE1 e K3s;
- (D) RKE1 e EKS;
- (E) RKE1 e RKE2.

74

A analista Ana está implementando um sistema seguindo os princípios SOLID. No módulo A do sistema, Ana aplicou o princípio SOLID que estabelece o seguinte: se uma propriedade $q(x)$ for demonstrável para todos os objetos x do tipo T , então ela também deve ser demonstrável para todos os objetos y do tipo S , onde S é um subtipo de T .

O princípio aplicado por Ana no módulo A está diretamente relacionado à seguinte letra do acrônimo SOLID:

- (A) S;
- (B) O;
- (C) L;
- (D) I;
- (E) D.

75

Considere o código HTML a seguir.

```
<div id="composicao" posicao="0">
  <p posicao="1"> MPF </p><br/>
  <p posicao="2"> MPT </p><br/>
  <p posicao="3"> MPM </p><br/>
  <p posicao="4"> MPDFT </p><br/>
</div>
```

E o respectivo código CSS:

```
div {
  display: flex;
  flex-direction: row-reverse;
}
p[posicao]::after {
  content: "|";
}
#composicao p::before {
  content: attr(posicao);
}
```

Após renderizar o código acima, um navegador web padrão exibe a linha:

- (A) MPF | MPT | MPM | MPDFT
- (B) 0 | MPF | MPT | MPM | MPDFT |
- (C) 4 | MPDFT | 3 | MPM | 2 | MPT | 1 | MPF |
- (D) 4 | MPDFT 3 | MPM 2 | MPT 1 | MPF
- (E) 0 | 0 | MPDFT | 0 | MPM | 0 | MPT | 0 | MPF |

76

Considere o código em Java a seguir.

```
package com.mpu.questao;

public sealed class MPU {}
final class MPF extends MPU {}
sealed class MPM extends MPU {}
final class MPDFT extends MPU {}
non-sealed class MPT extends MPU {}
```

O código acima possui um erro, pois a classe:

- (A) MPU, sendo sealed, omitiu a cláusula permits;
- (B) MPF, sendo final, não pode estender a classe MPU, que é sealed;
- (C) MPM, sendo sealed, não definiu nenhuma subclasse permitida;
- (D) MPT, sendo non-sealed, não pode estender a classe MPU, que é sealed;
- (E) MPDFT, sendo final, não pode ser declarada após a classe MPM, de escopo protected.

77

O analista José está implementando um frontend web utilizando React. Em determinada tela do frontend, José precisa que o componente A seja renderizado pelo navegador em um nó do Document Object Model (DOM) que se encontra fora da hierarquia normal de renderização. Sabendo que o React oferece uma função que cumpre o propósito de orientar a renderização de componentes em partes inesperadas do DOM, José optou por utilizar essa função.

Para orientar a renderização do componente A no nó desejado, o analista José utilizou a seguinte função do React:

- (A) flushSync;
- (B) preRender;
- (C) createPortal;
- (D) preinitModule;
- (E) preloadModule.

78

A analista Flávia implementou, ao longo do último ano, o aplicativo móvel MPUPlay, tanto para Android quanto para iOS, utilizando, em cada plataforma, a linguagem de programação oficialmente recomendada, à época, pelo fabricante, para o desenvolvimento de aplicações móveis nativas.

Considerando as fabricantes do Android e do iOS como o Google e a Apple, respectivamente, Flávia implementou o MPUPlay por meio das linguagens:

- (A) Java e Swift;
- (B) Java e Kotlin;
- (C) Kotlin e Swift;
- (D) Java e Objective-C;
- (E) Kotlin e Objective-C.

79

O analista Tiago foi incumbido de implementar, em determinado setor do MPU, dois controles previstos na NBR ISO/IEC 27001: o controle de trabalho remoto e o controle de mídia de armazenamento. A fim de harmonizar essa implementação com outras determinações do MPU que podem ser aplicáveis ao escopo de determinado controle, o analista deve ter em mente qual é o tipo de controle que está sendo implementado, à luz da norma.

À luz da NBR ISO/IEC 27001, os controles sendo implementados por Tiago pertencem, respectivamente, às categorias:

- (A) pessoal e físico;
- (B) tecnológico e físico;
- (C) tecnológico e pessoal;
- (D) tecnológico e organizacional;
- (E) organizacional e tecnológico.

80

A analista Daniela está implementando o módulo de autenticação de um sistema, com base no protocolo OpenID Connect (OIDC). Na rotina de verificação da autenticação, Daniela deve avaliar se o ID Token, retornado pelo servidor OIDC, foi emitido em um horário considerado válido.

Para avaliar o horário de emissão do token, Daniela deve extrair do ID Token o valor do atributo:

- (A) jti;
- (B) iat;
- (C) tid;
- (D) rat;
- (E) exp.

PROVA DISCURSIVA

O futuro do planeta Terra está se voltando para os demais planetas do sistema solar. Um assessor do novo presidente americano diz ter a intenção de chegar a Marte em pouco tempo, preocupação que também mostra a China. Ocorre, porém, que essas conquistas custam milhões e milhões de dólares, que poderiam ser empregados para a solução de problemas terrenos. Afinal de contas, as conquistas espaciais são um bom investimento, ou não? Que ganho poderíamos ter com elas?

Diga o que pensa a respeito do tema, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

Realização

